



William Waack

## O STF na briga de rua

Não há um vitorioso à vista e nem um final previsível no embate que mais recentemente assumiu a forma Musk versus governo brasileiro/STF. Pois o que falta são respostas a duas perguntas de enorme abrangência. A primeira delas: o que é fake news? A tramitação de matéria sobre o assunto no Legislativo já havia empacado em torno dessa questão bem antes de o presidente da Câmara ter usado o embate Musk/STF para começar tudo de novo.

A rigor não há uma definição jurídica absolutamente hermética – a não ser em casos pontuais. Depois de o Legislativo ter enterado o voto impresso, o TSE de-

clarou “fake news” acusar de fraudulento o sistema de urnas brasileiro. Pode-se discutir se essa decisão foi “política”, mas ela parava em pé.

Não só os incansáveis advogados de direito eleitoral debatem onde está a separação perfeita, clara e incontestável entre o que é opinião, o que é interpretação, o que é manipulação e o que é pura invenção e mentira. O debate obviamente tem como fundo o conceito de liberdade de expressão.

A segunda questão que hoje não tem resposta é também conceitual e dela depende a primeira. Quem é o guardião da veracidade objetiva dos fatos? Grande

parte da relevância de “fake news” está associada à perda dessa função por parte de instituições tradicionais, como Judiciário e imprensa.

### O grande problema é a perda de credibilidade de instituições tradicionais

É nesse eixo que está atualmente a briga entre Musk e o governo brasileiro/STF. Musk milita numa corrente no espectro político que vê a atuação política do STF como favorecimento de for-

ça antagonista. Sim, o STF teve papel relevante em defender instituições democráticas sob ataque de quem Musk está associado, mas hoje a “excepcionalidade” de suas posturas é que se transformou em “novo normal”.

O problema, portanto, é institucional na sua maior expressão. Um bilionário engajado na luta política e que oscila entre a maluquice e a genialidade pode-se dar ao luxo de contestar o topo do Judiciário brasileiro pelo fato de instituições tradicionais terem perdido sua condição de “guardiãs”.

Passaram a serem vistas (junto da imprensa) como parte atuante das disputas políticas,

com um “lado”. Especialmente no Brasil é tênue a noção de um centro democrático equilibrado e no qual as instituições tenham um papel... institucional.

A plataforma “X”, que Musk adquiriu, é apenas uma entre outras nas quais o que é “certo” ou “errado”, “verdadeiro” ou “falso”, depende exclusivamente da capacidade de mobilização e aglutinação de grupos organizados. E de circunstâncias políticas voláteis e de difícil controle.

O que o STF jamais poderia ter virado é parte de briga em rede social. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR  
DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quintzenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quintzenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

## Legislativo

## Embate de Musk com Moraes revela disputa entre Lira e Pacheco

Presidente da Câmara, se incomoda com defesa de regulação das redes sociais feita pelo presidente do Senado; projeto foi descartado

VERA ROSA  
BRASÍLIA

O embate protagonizado pelo empresário Elon Musk com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes serviu para escancarar mais um capítulo da disputa entre os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ao defender a regulação das redes sociais para acabar com o “vale-tudo” no ambiente digital, Pacheco jogou os holofotes sobre a paralisação do tema na Câmara.

A estratégia irritou Lira, para quem o colega parece sempre mais interessado em fazer um contraponto e aparecer mais do que ele. Foi assim, por exemplo, no caso em que Pacheco derrubou um trecho da Medida Provisória que aumentava a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%.

O presidente do Senado capitalizou sozinho, no último dia 1.º, os dividendos políticos da iniciativa, num ano de eleições municipais. Na noite de anteontem, os deputados reagiram e aprovaram requerimento de urgência do projeto enviado pelo Executivo, que propõe um novo modelo para atender as cidades menores e mais pobres.

‘PONTE’. Nem tudo, porém, é tão fácil. A seis meses das eleições, há muitos fatores que contribuem para Lira não querer pautar de novo a proposta destinada a coibir a disseminação de discursos de ódio e notícias falsas nas redes sociais, batizada de PL das Fake News. Um dos principais motivos, no entanto, é manter a “ponte” com aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Conhecido pelo pragmatismo político, Lira não vai mexer em um vespeiro que ataca a base bolsonarista num momento em que também precisa dos votos desse grupo para eleger seu sucessor ao comando da Casa, em fevereiro de 2025. No Salão Azul do Senado, a situação parece mais definida e a maioria das apostas gira em torno da eleição do ex-



Rodrigo Pacheco e Arthur Lira durante reunião em Brasília

### Moraes: ‘Alienígenas’ conheceram ‘a coragem do Judiciário brasileiro’

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, se manifestou publicamente ontem sobre a polêmica iniciada pelo empresário Elon Musk, dono da rede social X. “Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento, da coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro”, disse.

presidente da Casa Davi Alcolombe (União Brasil-AP), padrinho político de Pacheco.

Lira adotou o silêncio sobre os ataques de Musk na direção de Moraes. O dono do X (antigo Twitter) defendeu o impeachment do magistrado, a quem chamou de “ditador brutal”, e disse que ele mantinha o presidente Lula “na coleira” após ter “interferido” nas eleições. Não foi só: ameaçou não cumprir determinações da Corte que pedem a suspensão de contas no X e compartilhou mensagens

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva relacionou as críticas do bilionário com o avanço da extrema direita. Ontem, Lula chamou o dono do X de “empresário americano que nunca produziu um pé de capim” no Brasil.

Musk, por sua vez, afirmou na plataforma que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) é um “homem corajoso” – após o parlamentar publicar o vídeo de discurso no qual critica o STF e diz que Lula é um “ladrão que deveria estar preso”. ●

de discípulos de Bolsonaro.

“Não tenho nada a comentar sobre isso”, desconvenceu o presidente da Câmara, que lidera o Centrão. Embora o PP integre a base do governo e ocupe o Ministério do Esporte, além da presidência e das diretorias da Caixa, Lira não rompeu com Bolsonaro e quer distância dessa briga.

Diante do agravamento da crise, o ministro do STF Dias Toffoli decidiu encaminhar para julgamento, até o fim de junho, a ação que trata da respon-

sabilidade de plataformas quando houver conteúdos nocivos nas redes sociais.

Enquanto isso, Pacheco aproveita o confronto para cobrar a regulação das redes e dar outra estocada em Lira. O projeto de lei que não andou na Câmara recebeu sinal verde do Senado ainda em 2020. No ano passado, porém, foi retirado de pauta por pressão das big techs e também de apoiadores de Bolsonaro. “No final das contas, é uma busca indiscriminada, antiética e criminosa pelo lucro. Isso, obviamente, tem que ser contido por lei e esse é nosso papel enquanto Congresso”, disse Pacheco.

GRUPO DE TRABALHO. A decisão anunciada por Lira de criar um grupo de trabalho para produzir nova proposta foi vista no Congresso como uma forma de sepultar a votação. Não sem motivo: no mundo político, toda vez que uma autoridade quer tirar um assunto de cena, monta um grupo de trabalho para estudar o assunto.

“Perdermos tempo com uma discussão que não vai à frente será muito pior do que fazermos, como sempre fizemos, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa”, argumentou o presidente da Câmara, ao destacar que a decisão foi tomada pelo colégio de líderes. Lira lembrou os problemas na tramitação do projeto, como os que vinculavam o texto à censura.

Com o grupo de trabalho, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL das Fake News, será substituído. “Sinceramente, ainda não entendi o que vai ser encaminhado, além da não votação do projeto de lei”, afirmou ao *Estado*. “Esse grupo de trabalho terá qual prazo? Qual objeto? Qual composição? Quando o Legislativo decide não decidir, não pode mais reclamar de ‘ativismo judicial’ por parte do Supremo.” ●

PARTE DO CONTEÚDO DESTA PÁGINA  
Foi produzido por  
PressReader  
11 004 2774 8604  
Contato: 004 2774 8604